

Denúncia de ocupação de terra leva índio à prisão

ESP - 18.11.78

Da sucursal de
BRASÍLIA

A Funai está investigando as causas da prisão ilegal de um índio Macuxi, em Boa Vista, Roraima, feita pelo delegado do órgão neste território, Dinarte Nobre de Madeira. O índio foi interrogado durante quatro horas na delegacia da Funai sobre a carta que seu pai, o tuxaua Filismino Raimundo Pereira, enviou aos dirigentes do Conselho Indigenista Missionário—Cimi denunciando a ocupação ilegal de suas terras por fazendeiros.

Nomeado para apurar o envolvimento do delegado na prisão do índio, o sertanista Apoema Meirelles afirmou, depois de ouvir os implicados, que a origem de todo o problema é de ordem estrutural, pois a Funai, até

agora, não providenciou a demarcação das terras indígenas de Roraima, embora exista uma comissão especialmente criada para este fim.

“Existem no território cerca de 20.000 índios — afirmou o sertanista — e as poucas terras ainda livres de invasores já estão ameaçadas.” Ele citou o caso particular da região habitada pelos índios Ianoama, na Serra do Surucucu, Macajai e Catrimani onde já estão atuando a CPRM e a Companhia Vale do Rio Doce na prospecção de minério. O sertanista acha que a autorização dada a estas companhias foi muito prematura, podendo trazer conseqüências desastrosas para as comunidades indígenas cujas terras não foram ainda sequer demarcadas.

Decreto de emancipação recebe novas críticas

O presidente do Instituto Antropos do Brasil, padre José Vicente César, que é também uma das pessoas que trabalharam na elaboração do projeto do Estatuto do Índio, classificou ontem como “cínico” o projeto que regulamenta a emancipação do índio, “em tudo se percebe a teimosia do ministro Rangel Reis — disse o padre — em querer emancipar grupos indígenas, conforme era o seu propósito antes de tomar posse de sua pasta em março de 1974.

Com o atual decreto, o que o governo pretende é abrir uma brecha no Estatuto do Índio a fim de que os órgãos do governo possam se desfazer deste delicadíssimo problema a seu bel prazer”.

“Com a criação de uma comissão de apoio ao índio, prevista no projeto — prosseguiu — teríamos mais uma máquina de burocracia, inoperante para

desbaratar o dinheiro do índio brasileiro nos incontáveis departamentos de Brasília. A finalidade dessa comissão — de “assegurar ao índio o pleno exercício de seus direitos civis” — mostra-se inteiramente inútil, já que tais direitos se acham inteiramente assegurados e previstos no Estatuto do Índio.”

Para o presidente do Antropos, o governo deveria agora estar empenhado na demarcação das terras indígenas, pois o prazo de cinco anos estabelecido pelo estatuto está chegando ao final e apenas um terço delas está delimitado e demarcado.

O padre defende ainda a transferência da Funai para outro Ministério, sugerindo o da Educação e, num plano mais ambicioso, a criação do Ministério do Índio, “que projetaria o Brasil no Exterior, como um País que toma a sério o respeito para com as suas minorias étnicas.”